

MANUEL DA SILVA BAPTISTA BARROS

Engenheiro Civil (O.E. N.º 9335)

Rua Júlio Dinis, 891-3.º Dto.

4050-327 PORTO

Ao Vice-pres.

Eng. Victor Brito

Chung

2012-04-12

ORDEM DOS ENGENHEIROS
CDN
11 / 4 2012
N.º de entrada 641

**Exmo. Senhor Presidente Nacional da
ORDEM DOS ENGENHEIROS**

**Av. António Augusto de Aguiar, 3 D
1069-030 LISBOA**

N/Ref.: Membro O.E. N.º: 9335

V/Ref.: V/carta SC/35-P05.1.3

Porto, 2012 Abril 03

ASSUNTO: ♦ Parecer da Comissão Executiva da Especialização à outorga do título de Especialista

Exmos. Senhores,

Acuso a recepção da v/carta de ref.^a SC/35-P05.1.3, datada de 03-02-2012, à qual é anexo o parecer da Comissão Executiva da Especialização à outorga do título de Especialista em "Direcção e Gestão da Construção", que merece o meu total desacordo, pelas razões seguintes:

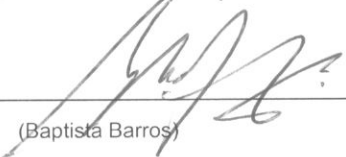
– Trata-se de um parecer fundamentado apenas em aspectos formais, e não técnicos, subjectivamente avaliados e incorrectos;

Por exemplo, quanto à alínea f) (formação) basta analisar os arquivos da O.E. e verificar quantos estágios profissionais patrocinei. Não os enviei porque a D.R.O.E. me informou que não mos podia facultar;

– É injusto para um Engenheiro Civil (Conselheiro) que possui um dos melhores "Currícula" a nível nacional dos últimos 30 anos, nesta área, s/ qualquer falsa modéstia.

Se bem que não preciso dessa outorga para continuar a merecer a confiança dos meus clientes, quer públicos quer privados, lamento que uma opção da Ordem a que pertenço emita um parecer tão injusto, quanto deficientemente fundamentado.

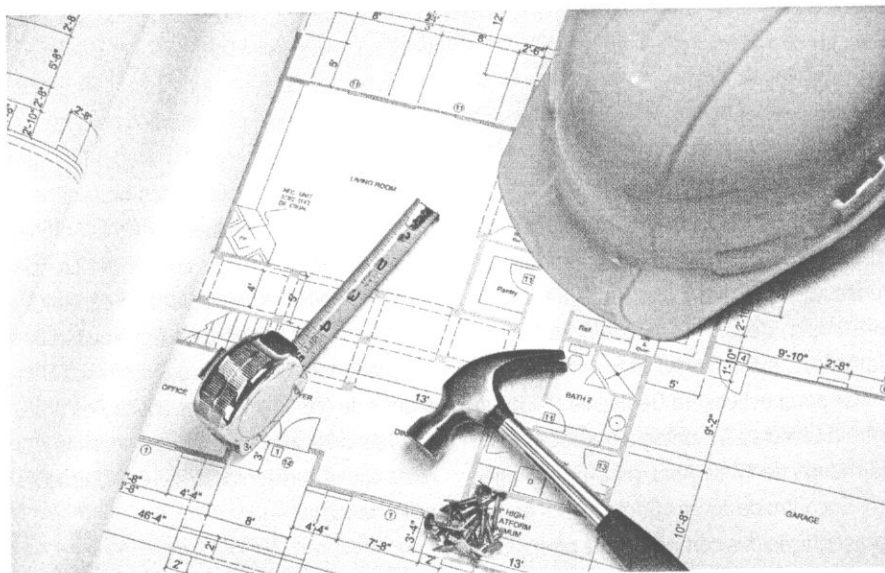
Com os melhores cumprimentos,


(Baptista Barros)

P.S.: Achei curioso o teor do artigo do Colega António Carlos de Sousa, que consta da "Ingenium" nº 127

ACTOS E COMPETÊNCIAS ONDE É RECOMENDÁVEL A INTERVENÇÃO DE ENGENHEIROS ESPECIALISTAS EM DIRECÇÃO E GESTÃO DA CONSTRUÇÃO

➤ **ANTÓNIO CARIAS DE SOUSA**, Coordenador da Especialização em Direcção e Gestão da Construção



Os actos e competências atribuídos aos engenheiros são um dos caminhos para a garantia da qualidade da Engenharia praticada no País.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 31 em 2009, que veio revogar o antigo e polémico Decreto n.º 73 de 1973, cuja revisão já se esboçava e pedia há muito, foram introduzidas novas definições, até então comuns e utilizadas, mas não oficialmente tratadas juridicamente.

Foram clarificados os deveres e as responsabilidades do Director de Obra e do Director de Fiscalização de Obra, técnicos que, até então, já assumiam todas as tarefas agora legisladas mas que, desde então, passaram a responder profissionalmente e civilmente por elas.

No seu artigo 27.º, esta Lei prevê que as associações profissionais definam os tipos de obra para as quais os técnicos fiquem qualificados, para desempenhar as funções de direcção e fiscalização.

Acrescenta ainda, na alínea "c) Utilizar, na definição da qualificação, critérios de experiência efectiva, ficando vedada a concessão de relevo à mera antiguidade de inscrição, para esse efeito."

A Portaria n.º 1379 de 2009, posteriormente publicada, pretendeu regular "as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção de obras e pela fiscalização de obras, previstas na Lei n.º 31/2009."

No entanto, esta Portaria veio atribuir idênticas competências, para desempenhar as funções de direcção e fiscalização de obras, de toda e qualquer dimensão e complexidade, a um conjunto alargado e variado de técnicos: "engenheiros especialistas, engenheiros seniores ou conselheiros, engenheiros técnicos com o mínimo de 13 anos de experiência e a arquitectos com o mínimo de 10 anos."

É estranho serem reconhecidas competências e atribuídas responsabilidades idênticas

a um engenheiro sénior, especialista ou conselheiro, para além de compará-los com arquitectos ou engenheiros técnicos com 10 ou 13 anos, respectivamente.

Facilmente se compreende que não é possível atribuir responsabilidades de direcção e fiscalização de obras, com a dimensão e responsabilidades como são as grandes empreitadas de hospitais, barragens, aeroportos, auto-estradas, etc., com valores de milhões de euros e centenas de trabalhadores, a qualquer profissional com o "saco alargado e variado".

É por esta razão que a Comissão Executiva da Especialização em Direcção e Gestão da Construção da Ordem dos Engenheiros tendeu recomendar quais os actos e competências em que deve ser prevista a intervenção de engenheiros detentores do título de Especialista em Direcção e Gestão da Construção. O envolvimento de profissionais, com o reconhecimento de competências e experiência, constitui uma segurança para todos os actores no sector da construção, sendo um dos caminhos para uma Engenharia de qualidade.

Independentemente da legislação existente, devem os donos de obra, pública ou privada, exigir técnicos com experiência reconhecida e solicitar nos seus cadernos de encargos o envolvimento de profissionais diferenciados.

> No Portal do Engenheiro, na página da Especialização, está disponível uma matriz com esses actos e competências. O documento pode ser visualizado em www.ordemengenheiros.pt/fotos/editor2/cdn/especializacoes/actosespecialistas_set2011.pdf